

Pécora: mais espaço para a livre iniciativa

por Pedro Lobato
de Belo Horizonte

O secretário geral da Seplan, José Flávio Pécora, disse, quarta-feira, em Belo Horizonte, que o conjunto de medidas que o governo vai tomar, na próxima semana, deverá levar em conta a necessidade de compensar alguns efeitos sobre os três setores que são prioritários — agricultura, exportações e substituição de energéticos importados.

“Os estudos estão ainda em nível técnico e não há decisões sobre essas medidas compensatórias, mesmo porque ainda não se definiu o grau de corte nos subsídios”, disse Pécora. Ele afirmou que o objetivo básico do novo “pacote” é reduzir as tensões inflacionárias e abrir espaços para que a iniciativa privada possa expandir suas atividades.

A partir desse ponto, as medidas, segundo Pécora, dirigir-se-ão no sentido de reduzir o déficit público e a conseqüente necessidade de financiá-los com a emissão de títulos. “O crescimento do déficit público implica o aumento da participação do Estado na economia, contribuindo para forçar os juros para cima”, disse ele.

Pécora ainda afirmou

que, além da redução da emissão de títulos públicos, o governo está estudando também algumas medidas que atuem diretamente nas taxas de juros. A liberação dos limites de expansão do crédito bancário, segundo Pécora, é uma das hipóteses, “mas somente será adotada se encontrarmos mecanismos que, em contrapartida, impeçam essa liberação de se chocar com a necessidade de se fazer uma contenção monetária, compatível com a desejada queda da inflação”.

Ele negou que o governo esteja estudando a mudança dos critérios de cálculo do INPC. “Estamos levando em conta o impacto das medidas, especialmente o corte nos subsídios, sobre os preços, mas, embora isso tenha sido veiculado pela imprensa, alterações no INPC não foram cogitadas pelo governo.”

Pécora disse ainda que as medidas ora em estudo pelo governo “não são, de maneira alguma, uma imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI). São uma exigência do interesse nacional. O FMI não determina o que o Brasil deve fazer. Ele, no máximo, pode dizer que o que estamos fazendo é insuficiente para pagarmos a conta. Mas a decisão é brasileira”, afirmou.